



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:25 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2012. MANDATO DISCRIMINADO.
2. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIA GÁS, CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, SIMLIS E COOPOVO
3. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2012
4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2012
5. 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

6. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013. REQUERENTE: RIBERMOLD, LDA
7. REQ. N.º 300/13 – PC N.º 280/12 – VITOR MANUEL DE SOUSA ALVES
8. REQ. N.º 146/13 – PC N.º 312/12 – HORÁCIO URBANO FERREIRA
9. REQ. N.º 499/13 – PC N.º 284/12 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA
10. REQ. N.º 541/13 – PC N.º 375/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA
11. REQ. N.º 391/13 – PC N.º 33/12 – JOSÉ SOUSA BERNARDO
12. REQ. N.º 2100/12 – PC N.º 92/01 – URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.
13. REQ. N.º 490/12 – PC N.º 127/11 – ARMINDO NUNES MESQUITA
14. REQ. N.º 278/13 – PC N.º 194/12 – MARIA MADALENA LEAL PEREIRA
15. REQ. N.º 392/13 – PC N.º 79/11 – CRISCLINICA-CLINICA MEDICA,LDA
16. REQ. N.º 81/13 – PC N.º 495/05 – CLAUDIO MANUEL RODRIGUES CORDEIRO
17. REQ. N.º 404/13 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
18. REQ. N.º 405/13 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
19. REQ. N. 2091/12 – PC N.º 359/12 – ARMANDO FERNANDES ANTÓNIO
20. REQ. N.º 489/13 – PC N.º 82/13 – LUÍS FERNANDO MENESES COELHO PEREIRA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
21. REQ. N.º 993/10 – PC N.º 347/04 – MARIA JESUS DOMINGUES FRANCISCO FERNANDES
22. REQ. N.º 1857/11– PC N.º 453/07 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.
23. REQ. N.º 2532/11 – PC N.º 786/05 – LUIS MIGUEL BETTENCOURT FREITAS MORNA
24. REQ. N.º 1030/12 – PC N.º 378/05 – JOSÉ ROLEIRO
25. REQ. N.º 2770/10 – PC N.º 136/09 – VÍTOR HUGO RODRIGUES ANTUNES

26. REQ. N.º 1135/11 – PC N.º 209/06 – ARMANDO PEDROSA DE SOUSA BRAZ,  
CARLOS ALBERTO PEDROSA DE SOUSA E JOAQUIM PEDROSA
27. REQ. N.º 1586/11 – PC N.º 211/11 – ILIDIO ANTÓNIO FERNANDES BARBOSA
28. REQ. N.º 2770/08 – PC N.º 731/00 – ANGELO DA PIEDADE BAPTISTA
29. REQ. N.º 351/10 – PC N.º 661/07 – JOAQUIM JOSÉ DUARTE CARDOSO
30. REQ. N.º 2467/09 – PC N.º 482/06 – JOAQUIM DOMINGUES CRUZ
31. REQ. N.º 1980/09 – PC N.º 394/07 – RENATO MIGUEL LINO SANTOS
32. REQ. N.º 1063/11 – PC N.º 323/08 – MARIA JULIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
33. REQ. N.º 1911/10 – PC N.º 490/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO
34. REQ. N.º 1255/11 – PC N.º 53/10 – J.J.M. PINTURAS DE AUTOMÓVEIS, LDA.
35. REQ. N.º 743/11 – PC N.º 346/04 – MARIA JESUS BONITA FRANCO
36. REQ. N.º 1910/10 – PC N.º 489/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO
37. REQ. N.º 1804/11 – PC N.º 381/99 – JOSÉ HENRIQUE MARQUES DOS SANTOS
38. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E  
URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – RESPOSTA A  
RECLAMAÇÃO APRESENTADA NO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. –  
PROJETO FINAL
39. OCUPAÇÃO DO PARQUE DA CERCA COM O EVENTO “+ SAÚDE” – ISENÇÃO DE  
TAXAS
40. RETIFICAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. EMPRESA MUNICIPAL  
TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A.
41. PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO. CIVILVIAS – CONSTRUÇÃO E VIAS, LDA.  
VOTO FAVORÁVEL.
42. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
43. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

44. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
45. ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, INQUILINA RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 3.º ESQUERDO, COM EFEITOS A PARTIR DE MAIO DO CORRENTE ANO.
46. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DE LEONOR MENDES DURO, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 36 – CAMARNAL - PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º ESQUERDO DO BLOCO L, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE - CASAL DE MALTA - POR MOTIVOS DE IDADE E DOENÇA.
47. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 04/04/2013 COM A EPÍGRAFE:  
*“ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO”*
48. ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO
49. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** propôs a todos os presentes que os assuntos a abordar no período de antes da ordem do dia sejam colocados no fim da reunião, em virtude de ser necessário aprovar e assinar os documentos de prestação de contas do ano de 2012, para que ainda hoje sejam enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

Os presentes concordaram, tendo apenas o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** solicitado resposta à seguinte questão, que considera necessário esclarecer antes da votação dos assuntos agendados:

⇒ Já referiu em reunião de Câmara, por três ou quatro vezes, a situação de funcionamento da Junta de Freguesia da Marinha Grande e desde sempre que a resposta é a mesma, é um procedimento que está em andamento. Assinala com agrado que as verbas para a Junta de Freguesia da Moita e de Vieira de Leiria

tenham sido reforçadas, mas o que constata é que a Junta de Freguesia da Marinha Grande já em 2012 se debatia com problemas de funcionamento, pelo que pergunta quando e em que condições é que a Junta tem forma de poder desenvolver a sua atividade.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu, informando que já foi aberto o procedimento para a emulsão catiônica, que veio abaixo porque a única proposta apresentada tinha um valor acima do preço base. Entretanto foi necessário fazer um ajuste direto para 2 meses, de 12 toneladas, abrindo-se de seguida novo concurso. A brita e o bago de arroz já estão adjudicados, pelo que a Junta já foi informada de que poderá fazer requisições.

Em face desta informação, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** solicitou resposta escrita, antes da próxima reunião camarária, sobre os valores dos inertes, emulsão e massas fornecidos nos anos anteriores à Junta de Freguesia da Marinha Grande, e quais os que foram este ano colocados em concurso.

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de um processo de obras particulares, que identificou e cuja deliberação é urgente, o que foi por todos aceite, pelo que o mesmo será discutido e votado após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de ser votado o ponto 1 da ordem do dia, esteve presente na reunião o Sr. Dr. Rui Pedrosa, Presidente do Conselho de Administração da TUMG, que explicou o Relatório e Contas de 2012 da empresa, tendo prestado os esclarecimentos solicitados pelo executivo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **1 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2012. MANDATO DISCRIMINADO.**

320 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e doze, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório e contas de 2012, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2012, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.**

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A..

## **2 - APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 DAS EMPRESAS PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: LUSITÂNIA GÁS, CENTIMFE, OPEN, VALORLIS, SIMLIS E COOPOVO**

321 - Presentes as contas do exercício de 2012 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber:

- Relatório e contas do exercício económico de 2012 da entidade CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização;

- Relatório e contas do exercício económico de 2012 da entidade COOPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho Fiscal;

- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2012 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

- Relatório e contas do exercício económico de 2012 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho de Fiscalização;

- Relatório e contas do exercício económico de 2012 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único;

- Relatório e contas do exercício económico de 2012 da entidade SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único.

**A Câmara Municipal toma conhecimento do teor dos documentos supra referidos e delibera remeter os mesmos à Assembleia Municipal para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2012**

322 - Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício do ano 2012.

**A Câmara Municipal após a análise e no cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar o presente documento, constituído por 1460 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º do mesmo diploma legal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **4 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2012**

323 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012, constituídos por:



- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Gestão

e restantes documentos de prestação de contas elencados no Anexo I das Instruções n.º 1/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e encontram-se devidamente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

**A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea e), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012 e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, do mesmo diploma.**

**Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, propor à Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício de 2012, no montante de 1.941.679,16 euros da seguinte forma:**

- **5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5. do referido diploma;**
- **o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no art.º 89.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

**Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Sem dúvidas no que concerne ao rigor técnico da apresentação das contas, é nossa função a sua análise política e consequentemente a verificação se as mesmas reflectem as previsões dos Documentos Previsionais.*

*Aquando da discussão e votação dos Documentos Previsionais, os vereadores da CDU expressaram as suas preocupações e decidiram votar contra por, entre outras razões, considerarem que esses documentos não consignavam qualquer estratégia de desenvolvimento do concelho, nem definiam investimentos que considerávamos prioritários. Além do mais entendíamos que os documentos propostos eram completamente inexecutáveis.*

*A apresentação das contas hoje aqui plasmadas, demonstra claramente a razão dos vereadores da CDU quando votaram contra os documentos Previsionais.*

*Na realidade, constatamos que em termos de receitas de capital com uma previsão inicial de 16.103 M €, temos uma execução de somente 4.902 M €, isto é, uma taxa de execução de 30,44%. No que diz respeito às despesas de capital, constatamos uma previsão inicial de 16.302 M € e uma execução de somente 7.486 M €, isto é, uma taxa de execução de 45,92%.*

*Além do mais, apesar das inúmeras queixas do executivo do Partido Socialista, as transferências correntes e as transferências de capital aumentaram cerca de 1.350 M €, relativamente ao ano anterior.*

*Porque as contas apresentadas reflectem claramente uma política extremamente débil de investimento concelhio e porque as mesmas demonstram claramente que a taxa de execução inicialmente prevista, fica claramente abaixo de valores minimamente razoáveis, a razão do nosso voto contra."*

**Os Srs. Vereadores do PS proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"Não houve arrecadação de receita pois não houve venda de capital (não se venderam imóveis, embora se tivessem realizado hastas públicas) o que determinou a inexistência de verbas suficientes para a concretização do investimento previsto.*

*Houve a reprogramação das candidaturas ao + Centro, o que determinou que a despesa de capital fosse inferior ao inicialmente previsto.*

*Como puderam ter conhecimento pelas informações aqui dadas, no ano de 2012 a DREC regularizou substancialmente a dívida para com este município, o que determinou a boa execução da componente das transferências correntes.*

*O aumento que se verifica na execução das transferências de capital está diretamente relacionado com a capacidade de execução das obras financiadas pelo QREN.*

*O município reduziu substancialmente a sua dívida para com terceiros tendo pautado a sua atuação neste mandato pelo pagamento atempado a fornecedores e outros credores. Esta medida tem permitido a injeção de dinheiro na economia local.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

*Face a todas as contingências que têm existido nesta gestão autárquica, temos conseguido seguir o rumo que traçámos não descurando/diminuindo todos os apoios sociais às associações do concelho e às freguesias, contrariamente ao que se verifica em outros municípios.*

*Salientamos o rigor na assunção das despesas correntes que se tem traduzido numa diminuição dos custos de funcionamento.*

*As contas agora apresentadas refletem não só uma boa gestão mas também a concretização daquilo que consideramos ser uma boa estratégia de desenvolvimento para o concelho que nos tem permitido a execução do programa eleitoral pelo qual fomos eleitos."*

#### **5 - 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

324 - Presente proposta da 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**6ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 65.433,37 euros nos reforços e de 65.433,37 euros nas anulações;

**4.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 25.000 euros nos reforços e de 25.000 euros nas anulações;

**6ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013**, no valor de 13.481,62 euros nos reforços e de 78.864,99 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no art.º 89.º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

**6 - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013. REQUERENTE: RIBERMOLD, LDA**

325 - Presente pedido apresentado pela sociedade titular do procedimento de comunicação prévia n.º 42/13 (legalização e ampliação de unidade industrial sita na rua da Marinha Pequena, Cova das Raposas, Marinha Grande) relativo à sujeição da operação urbanística aprovada ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2013, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 12-04-2013, com indicação do número de trabalhadores que prestam a sua atividade na sociedade Ribermold, Lda e registados nesta entidade, bem como o extrato dos seus dados.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a redução em 50% das taxas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 4 postos de trabalho no concelho da Marinha Grande. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos o pedido está enquadrado no patamar que confere 50% de redução das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

**A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística (comunicação prévia admitida por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 18 de março de 2013 – Processo n.º 42/13), em nome de Ribermold, Lda, com o NIPC 502 256 087, com sede na Rua da Marinha Pequena, nº 22, Marinha Grande, no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe 50% de redução das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova e se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 2).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 300/13 – PC N.º 280/12 – VITOR MANUEL DE SOUSA ALVES**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

326 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vitor Manuel de Sousa Alves, com o NIF 111373972, residente em Av. José Gregório, n.º 5, Engenho, Marinha Grande, para a demolição de uma habitação e telheiros, a alteração e ampliação do edifício principal (habitação), a construção de telheiro destinado a estacionamento e a legalização de dois telheiros existente no prédio misto sito na Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 923 e na matriz predial urbana sob os n.ºs 4639 e 7320, e matriz predial rústica sob o n.º 8900, da freguesia de e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 02/04/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente n.º 572/1986 em nome de Vitor Manuel de Sousa Alves.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre a mesma recaíram, Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Vitor Manuel de Sousa Alves, com o NIF 111373972, residente em Av. José Gregório, n.º 5, Engenho, Marinha Grande, para a demolição de uma habitação e telheiros, a alteração e ampliação do edifício principal (habitação), a construção de telheiro destinado a estacionamento e a legalização de dois telheiros existente no prédio misto sito na Av. José Gregório, n.º 5, lugar de Engenho, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 923 e na matriz predial urbana sob os n.ºs 4639 e 7320, e matriz predial rústica sob o n.º 8900, da freguesia de e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **8 - REQ. N.º 146/13 – PC N.º 312/12 – HORÁCIO URBANO FERREIRA**

327 - Presente processo de licenciamento, em nome de Horácio Urbano Ferreira, com o NIF 160297451, residente na rua Mendonça, n.º 47, 1º D.to, em Viseu, para a construção (legalização) de moradia T3 de rés-do-chão, na rua das Hortinhas, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, no prédio com 1750 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12620 e na matriz predial rústica sob o n.º 6477, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Serão cedidos ao domínio público 40 m2 para passeio público. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1710 m2.

Presente parecer técnico datada de 27/02/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Horácio Urbano Ferreira, com o NIF 160297451, residente na rua Mendonça, n.º 47, 1º D.to, em Viseu, para a construção (legalização) de moradia T3 de rés-do-chão, na rua das Hortinhas, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12620 e na matriz predial rústica sob o n.º 6477, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação:**
  - a) Peças escritas (memória descritiva) e peças gráficas (planta de implantação) devidamente elaboradas e condizentes entre si;**
  - b) Completar a memória descritiva com a indicação do material de revestimento das paredes da cozinha e instalações sanitárias, por forma a demonstrar a observância do artigo 31º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas;**
  - c) Projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**
- 2- A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto;**
- 3- Execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a rua das Hortinhas, cujos alinhamento, dimensões e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços técnicos competentes desta câmara;**
- 4- O muro de vedação previsto no projeto (planta de implantação) em toda a frente do prédio confinante com a rua das Hortinhas, deve assegurar o disposto nas alíneas a), b), c) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, pelo que o muro de vedação deverá ser executados em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, não poderá exceder a altura de 0.80 m, podendo ser encimado por elementos gradeados, com a altura máxima de 0.70 m;**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N.º 499/13 – PC N.º 284/12 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA**

328 - Presente processo de licenciamento, em nome de Helga Margarida Bernardo Rosa, com o NIF 198015763, residente na rua Ilha do Corvo, n.º 3 – 1ª D.to, Marinha Grande, para a alteração e ampliação do edifício e do número de habitações de dois para um fogo (moradia) do bloco habitacional com dois fogos, sito na rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11939 e na matriz predial urbana sob o n.º 15340, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 05/04/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, n.º 659/1972 e n.º 785/1987, ambos em nome de Joaquim Silvério dos Santos.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres que sobre a mesma recaíram, Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Helga Margarida Bernardo Rosa, com o NIF 198015763, residente na rua Ilha do Corvo, n.º 3 – 1ª D.to, Marinha Grande, para a alteração e ampliação do edifício e do número de habitações de dois para um fogo (moradia) do bloco habitacional com dois fogos, sito na rua das Sorraipas, n.º 7, lugar de Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11939 e na matriz predial urbana sob o n.º 15340, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2- Executar todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 541/13 – PC N.º 375/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA**

329 - Presente processo de licenciamento, em nome de José Conceição Ferreira, com o NIF 128 566 949, residente na rua da Capela, n.º 6, Travasso, 3100-424 Pombal, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação, existente na Travessa do Mar, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2135 e na matriz predial urbana sob o n.º 5546-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 04/04/2013.



Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 15/04/2013 que atesta estarem os projectos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de José Conceição Ferreira, com o NIF 128 566 949, residente na rua da Capela, n.º 6, Travasso, 3100-424 Pombal, para a alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação, existente na Travessa do Mar, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2135 e na matriz predial urbana sob o n.º 5546-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N.º 391/13 – PC N.º 33/12 – JOSÉ SOUSA BERNARDO**

330 - Presente processo de licenciamento, em nome de José de Sousa Bernardo, com o NIF 162820623, residente na rua dos Eucaliptos, n.º 18, lugar da Ordem, Marinha Grande, para a construção de um muro de vedação, no prédio sito na rua da Guarda da Sapinha, lugar de Charneca da Sapinha, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 38 e na matriz predial rústica sob o n.º 1059, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presentes pareceres técnicos datados de 20/09/2012 e de 11/04/2012 que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de José de Sousa Bernardo, com o NIF 162820623, residente na rua dos Eucaliptos, n.º 18, lugar da Ordem, Marinha Grande, para a construção de um muro de vedação, no prédio sito na rua da Guarda da Sapinha, lugar de Charneca da Sapinha, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 38 e na matriz predial rústica sob o n.º 1059, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentar estimativa orçamental retificada relativa à dimensão de muro, a qual deve conformar com a dimensão indicada na planta de implantação e no aditamento da memória descritiva, ambas com data de fev./13, que acompanham o aditamento ao projeto apresentado a 13 de março de 2013;**
- 2. Atendendo à representação constante do desenho n.º 2.2 (alçados e cortes, com data de fev./13), no qual, imediatamente a seguir ao muro frontal, são representados muros entre extremas com 2 m de altura, em desconformidade com a alínea ii) do n.º 3 do artigo 5º e alínea f) do n.º 1 do artigo 18º, ambos do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, deve apresentar um novo desenho devidamente retificado, que represente os muros em questão na parte confinante com a via pública, com as seguintes características: numa extensão de 1,50 m a contar do limite do espaço público devem garantir uma altura de 0,80 m, podendo ser encimados com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70 m.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 2100/12 – PC N.º 92/01 – URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.**

331 - Presente projeto de licenciamento referente às alterações à operação de loteamento urbano com obras de urbanização, levada a efeito sobre um prédio sito no Lugar de Comeira, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, titulado pelo alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 01/2006, emitido em nome de URBIFIX - Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., com o NIF n.º 504239112, com sede na Rua Eng. André Navarro, n.º 32, Loja A, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2013/04/11 e 2013/04/12, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de alterações apresentado, por simples deliberação camarária, com dispensa de quaisquer outras formalidades, nomeadamente a prévia consulta pública prevista no n.º 2 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e Lei n.º 28/2010, de 02/09, diploma que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, por se verificar que as alterações em causa, não implicam variações das áreas de implantação ou de construção, aumento do número de fogos, alterações de

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal de ordenamento do território, conforme previsto no n.º 8 do art. 27.º do diploma referido.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários à conclusão das respetivas obras de urbanização. Mais deliberou informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **13 - REQ. N.º 490/12 – PC N.º 127/11 – ARMINDO NUNES MESQUITA**

332 - Presente processo de licenciamento, em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105 307 734, residente no Bairro Mesquita, na rua da Estação, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a habitação coletiva e comércio, existente na rua da Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e na matriz predial urbana sob o n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 11/04/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC170/73, deferido em reunião de Câmara de 27/02/73, PC1247/98, deferido em reunião de Câmara de 29/04/99, VC1545/98, deferido em reunião de Câmara de 02/06/99, PC1089/99, indeferido em reunião de Câmara de 06/04/2000, PC718/2000, indeferido em reunião de Câmara de 11/04/2001, PC337/2008, rejeitado por despacho de 20/12/2010 e pedido de licença de utilização 687/2007, indeferido por despacho de 20/10/2008;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Indeferir, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o processo de licenciamento em nome de Armindo Nunes Mesquita, com o NIF 105 307 734, residente no Bairro Mesquita, na rua da Estação, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a habitação coletiva e comércio, existente na rua da Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1276 e na matriz predial urbana sob o n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar as seguintes normas legais e regulamentares:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

1. Artigos 59.º e 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, por não garantir os afastamentos e as áreas mínimas de desafogo relativos aos vãos de iluminação e ventilação dos espaços habitáveis;
2. N.º 8 do art. 7.º do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, publicado em anexo à Portaria n.º 1532/2008, de 29/12, por não garantir as características mínimas de segurança das paredes exteriores em confrontação direta;
3. N.º 8 do art. 5.º (área central) do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao não assegurar dois lugares de estacionamento no interior do prédio, face à área a afetar ao comércio.

Deliberou, igualmente, informar que as alegações apresentadas em sede de audiência prévia, efetuada no âmbito dos artigos 100.º e 101.º do CPA, não permitiram sanar as questões que motivaram o projeto de indeferimento do presente processo, por não terem apresentado quaisquer novos elementos que retificassem ou esclarecessem convenientemente a proposta em análise, de que resultasse a reapreciação do projecto apresentado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **14 - REQ. N.º 278/13 – PC N.º 194/12 – MARIA MADALENA LEAL PEREIRA**

333 - Presente processo de licenciamento, em nome de Maria Madalena Leal Pereira, com o NIF 153076062, residente em Rua 10 de junho n.º 15, para a alteração, ampliação de moradia e legalização de anexo destinado a garagem, existentes no Caminho da Linha, n.º 37, lugar de Picassinos em Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9992 e na matriz predial urbana sob o n.º 16637, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 3/04/2013 que atesta que o aditamento apresentado pelo requerente em 27/02/2013, relativamente às questões levantadas no âmbito da apreciação do processo, no prazo que lhe foi concedido, não se traduz na adequação do projeto às condições comunicadas e normativos legais que lhe são aplicáveis, nomeadamente por violar o n.º 1 do artigo 21.º do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;

Presentes antecedentes: processo de licenciamento municipal, com o n.º 1346/1998, a que correspondeu o alvará de licença de construção n.º 619/1999 e processo de licença de utilização de edificação com o n.º 295/2000, que corresponde ao alvará de licença de utilização n.º 100/2001, ambos em nome de Cláudia Alexandra Silva Figueiredo.

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Indeferir o processo de licenciamento, em nome de Maria Madalena Leal Pereira, com o NIF 153076062, residente em Rua 10 de junho n.º 15, para a alteração, ampliação de**

moradia e legalização de anexo destinado a garagem, existentes no Caminho da Linha, n.º 37, lugar de Picassinos em Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9992 e na matriz predial urbana sob o n.º 16637, da freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), por a construção incidir na zona “non aedificandi” da servidão ferroviária.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **15 - REQ. N.º 392/13 – PC N.º 79/11 – CRISCLINICA-CLINICA MEDICA,LDA**

334 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 392/13 de 14/03/2013, apresentado por Crisclinica – Clínica Médica, Lda., com o NIF 504057359, com sede em Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de alteração foram licenciadas no âmbito do processo n.º 79/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 31/13, emitido em 11/03/2013.

Presente parecer técnico datado 09/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 1, 1.º andar, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Crisclinica – Clínica Médica, Lda., com sede em Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 1, 1.º andar, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1. **Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
2. **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**16 - REQ. N.º 81/13 – PC N.º 495/05 – CLAUDIO MANUEL RODRIGUES CORDEIRO**

335 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 81/13 de 15/01/2013, apresentado por Cláudio Manuel Rodrigues Cordeiro, com o NIF 221293914, residente em Rua 1.ª de Abril, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 495/05, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 90/07, emitido em 26/07/2007.

Presente pareceres técnicos datados 27/03/2013 e de 01/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e da lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua 1.ª de Abril, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Cláudio Manuel Rodrigues Cordeiro, residente em Rua 1.ª de Abril, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1. **Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
2. **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**17 - REQ. N.º 404/13 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR**

336 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 404/13 de 15/03/2013, de Mário Felismino Gaspar, com o NIF 105262676, residente em Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 260/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 114/12, emitido em 07/12/2012.

Presente parecer técnico datado 11/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em rua da Indústria Metalúrgica n.º 593, n.º 593A e n.º 595, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Mário Felismino Gaspar, residente em Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1. Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2. Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Tomé Braz

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**18 - REQ. N.º 405/13 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR**

337 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 405/13 de 15/03/2013, de Mário Felismino Gaspar, com o NIF 105262676, residente em Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 260/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 113/12, emitido em 07/12/2012.

Presente parecer técnico datado 11/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em rua da Industria Metalúrgica n.º551, lugar de Cumeiras, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Mário Felismino Gaspar, residente em Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Trutas, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1. Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2. Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**19 - REQ. N. 2091/12 – PC N.º 359/12 – ARMANDO FERNANDES ANTÓNIO**



338 - Presente processo de licenciamento, em nome de Armando Fernandes António, com o NIF 160 882 583, residente na avenida José Gregório, n.º 38, Engenho, Marinha Grande, para a legalização de ampliações executadas a um edifício destinado a oficina, existente na rua Bico da Garcia, n.º 36º, Garcia, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e na matriz predial urbana sob o n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 15/04/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, PC 1125/91, cujas alterações finais foram deferidas em reunião de Câmara de 07/04/1993;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Notificar o requerente, Armando Fernandes António, com o NIF 160 882 583, residente na avenida José Gregório, n.º 38, Engenho, Marinha Grande,, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente a legalização de ampliações executadas a um edifício destinado a oficina, existente na rua Bico da Garcia, n.º 36º, Garcia, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e na matriz predial urbana sob o n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11º do regulamento do PDMMG, ao propor a construção a uma distância da estrema do terreno inferior a 15,0 m.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - REQ. N.º 489/13 – PC N.º 82/13 – LUÍS FERNANDO MENESES COELHO PEREIRA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

339 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 489/13 de 02/04/2013, apresentado por Luís Fernando Meneses Coelho Pereira – Cabeça de Casal da Herança, com o NIF 704554976, representado por Gracinda Rosa da Graça Coelho Pereira, com o NIF 161700004, residente em Av. Dr. José Jardim, n.º 19, 2.º andar, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1083 de 1977, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 305, datada de 04/05/1977.

Presente parecer técnico datado de 04/04/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Dr. Artur Neto Barros, nº 7, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, propriedade da herança indivisa aberta por óbito de Luís Fernando Meneses Coelho Pereira, cuja representante é Gracinda Rosa da Graça Coelho Pereira, com o NIF 161700004, residente em Av. Dr. José Jardim, nº 19, 2.º andar, leiria, com a seguinte composição:

1. **Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
2. **Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Isabel Roque  
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - REQ. N.º 993/10 – PC N.º 347/04 – MARIA JESUS DOMINGUES FRANCISCO FERNANDES**

340 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de construção de um edifício habitacional e muros, a que foi atribuído o número de processo 347/04, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, Almoinhas, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Jesus Domingues Fernandes, com o NIF nº 139192891, residente na Rua dos Outeirinhos, nº 82, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2013/04/02, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/02, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada tinha, nos termos do nº 1 do art. 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03 e pela Lei nº 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, um ano para solicitar a emissão do alvará para realização da operação urbanística licenciada, ou seja, até 2010/05/16;

2. Considerando que antes de terminado o prazo referido no antecedente n.º 2, a requerente solicitou, ao abrigo do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, a prorrogação do prazo para emissão do alvará;
3. Considerando que a interessada tomou conhecimento do deferimento do pedido referido no número anterior em 2010/05/14;
4. Considerando que o prazo de prorrogação terminou a 2011/05/16;
5. Considerando ainda que, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, a requerente beneficiou da elevação ao dobro do prazo para apresentação do requerimento de emissão do alvará;
6. Considerando que por esse motivo o prazo para emissão do título em causa terminou em 2012/05/16;
7. Considerando que esse prazo é insuscetível de prorrogação;
8. Considerando que o decurso desses prazos, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09;
9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Maria Jesus Domingues Francisco Fernandes, com o NIF n.º 139192891, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 82, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 347/04, para construção de um edifício habitacional e muros, num prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, Almoinhas, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - REQ. N.º 1857/11– PC N.º 453/07 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.**

341 - Presente processo de licenciamento relativo à legalização da alteração do 4.º andar (5.º piso) do Hotel Cristal – Vieira Praia, a que foi atribuído o número de processo 453/07, sito na Rua Avenida Marginal, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, apresentado pela sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., com o NIF n.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada na reunião de camarária datada de 2011/10/27.

Presente informação técnica datada de 2013/04/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/15, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

- 1. Considerando que a firma requerente, Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., com o NIF n.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi notificada em 2011/11/07 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento da obra de legalização da alteração do 4.º andar (5.º piso) do Hotel Cristal – Vieira Praia sito na Rua Avenida Marginal, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, tomada em reunião camarária datada de 2011/10/27;**
- 2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, decorreu o prazo de um ano;**
- 3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;**
- 4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;**

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar a sociedade requerente, Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A., com o NIF n.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 453/07, para legalização da alteração do 4.º andar (5.º piso) do Hotel Cristal – Vieira Praia, sito na Rua Avenida Marginal, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - REQ. N.º 2532/11 – PC N.º 786/05 – LUIS MIGUEL BETTENCOURT FREITAS MORNA**

342 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de uma moradia existente, a que foi atribuído o número de processo 786/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Adolfo Leitão, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha

Grande, apresentado por Luís Miguel Bettencourt Freitas Morna, com o NIF n.º 111392160, residente na Avenida Adelino Amaro da Costa, Lote n.º 21, Bloco C, 5.º A, Freguesia de Marrazes, Concelho de Leiria, à qual foi atribuído o alvará de licença de construção n.º 86/2007, de 28/03 e alvará de licença de construção n.º 62/2008, de 20/03.

Presente projeto de licenciamento referente às alterações da obra em causa, aprovado por deliberação tomada na reunião de camarária datada de 2012/02/02.

Presente informação técnica datada de 2013/04/04, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2013/04/04, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,**

- 1. Considerando que o interessado, Luís Miguel Bettencourt Freitas Morna, com o NIF n.º 111392160, residente na Avenida Adelino Amaro da Costa, Lote n.º 21, Bloco C, 5.º A, Freguesia de Marrazes, Concelho de Leiria, foi notificado em 2012/02/09 da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento das alterações da obra de alteração e ampliação de uma moradia existente, incidente sobre um prédio sito na Rua Adolfo Leitão, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/02/02;**
- 2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, decorreu o prazo de um ano;**
- 3. Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do art. 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010 de 02/09;**
- 4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;**

**Delibera, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente, Luís Miguel Bettencourt Freitas Morna, com o NIF n.º 111392160, residente na Avenida Adelino Amaro da Costa, Lote n.º 21, Bloco C, 5.º A, Freguesia de Marrazes, Concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 786/05, para alteração e ampliação de uma moradia existente, sita na Rua Adolfo Leitão, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

343 - Presente processo referente ao licenciamento de uma moradia e muros, na Rua dos Francos, Amieira, Marinha Grande, cujo titular é José Roleiro, residente na Rua Central, n.º 238, Coucinheira, Amor, Leiria.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara datada de 07/03/2013, na qual foi determinado comunicar ao requerente a intenção de declarar a caducidade da licença aprovada por despacho do então Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 01/06/2009, por não ter dado início às obras de construção no prazo de 18 meses a contar da data da emissão do alvará de construção.

Considerando que:

-O titular do processo de licenciamento nº 378/08, José Roleiro, com o NIF-161612350, residente na Rua Central, n.º 238, Coucinheira, Amor, Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 254/13 para se pronunciar em audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter dado início às obras de construção no prazo de 18 meses a contar da data da emissão do alvará de construção, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e da lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e do regime excecional de extensão dos prazos previsto no 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;

-Para o efeito lhe foram fixados 10 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 02/04/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo concedido em sede de audiência prévia, sem que o titular, José Roleiro, do processo nº 378/05, tenha apresentado quaisquer alegações, no uso da competência conferida pelo nº 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, de 2 de Setembro, delibera, ao abrigo do referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do mesmo diploma legal, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção uma moradia e muros a levar a efeito no prédio sito em Rua dos Francos, lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, por não ter dado início às obras de construção no prazo de 18 meses a contar da data da emissão do alvará de construção n.º 88/10, emitido em 26/05/2010.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**25 - REQ. N.º 2770/10 – PC N.º 136/09 – VÍTOR HUGO RODRIGUES ANTUNES**

344 - Presente projeto de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 136/09, incidente sobre um prédio sito em Rua Gregório Silva, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Vítor Hugo Rodrigues Antunes, NIF n.º 220971528, residente em Rua do Calvário, n.º 21, Moinhos da Barosa, Freguesia de Barosa, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 23/12/2010.

Presente informação técnica datada de 15/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 23/12/2010, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, incidentes sobre um prédio sito em Rua Gregório Silva, Pilado, Freguesia de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 136/09, Vítor Hugo Rodrigues Antunes, NIF n.º 220971528, residente em Rua do Calvário, n.º 21, Moinhos da Barosa, Freguesia de Barosa, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 257/13, de 13/03/2013, rececionado em 15/03/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 08/04/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 136/09, Vítor Hugo Rodrigues Antunes, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera, , declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção sita em Rua Gregório Silva, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - REQ. N.º 1135/11 – PC N.º 209/06 – ARMANDO PEDROSA DE SOUSA BRAZ, CARLOS ALBERTO PEDROSA DE SOUSA E JOAQUIM PEDROSA**

345 - Presente projeto de licenciamento de construção de um bloco habitacional e muro de vedação, a que foi atribuído o número de processo 209/06, incidente sobre um prédio sito em Rua Pires de Campos, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande, apresentado por Armando Pedrosa de Sousa Braz, Carlos Alberto Pedrosa de Sousa e Joaquim Pedrosa, NIF n.º 192463071, NIF n.º 178459682 e NIF 147962757, respetivamente, residentes na Rua do Cedro, n.º 251, Serra D'Urso, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 25/11/2010.

Presente informação técnica datada de 15/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 25/11/2010, foi deferido o pedido de licenciamento de um bloco habitacional e muro de vedação, incidentes sobre um prédio sito em Rua Pires de Campos, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande.

- Armando Pedrosa de Sousa Braz, Carlos Alberto Pedrosa de Sousa e Joaquim Pedrosa, NIF n.º 192463071, NIF n.º 178459682 e NIF 147962757, respetivamente, residentes na Rua do Cedro, n.º 251, Serra D'Urso, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 179, de 21/02/2013, rececionado em 26/02/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 19/03/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que os titulares do processo nº 209/06, Armando Pedrosa de Sousa Braz, Carlos Alberto Pedrosa de Sousa e Joaquim Pedrosa, tenham solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera, declarar a caducidade do licenciamento do projeto construção de um bloco habitacional e muro de vedação, sito em Rua Pires de Campos, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - REQ. N.º 1586/11 – PC N.º 211/11 – ILIDIO ANTÓNIO FERNANDES BARBOSA**



346 - Presente projeto de licenciamento de obras de alteração para instalação de estabelecimento de bebidas, a que foi atribuído o número de processo 211/11, incidente sobre a fração “A” do prédio sito em Av.<sup>a</sup> da Liberdade, Lote N, R/C Esq<sup>o</sup>, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ilídio António Fernandes Barbosa, NIF n.º 133533042, residente em Rua das Ribeirinhas, n.º 8, Freguesia de Martingança, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/10/2011.

Presente informação técnica datada de 15/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 27/10/2011, foi deferido o pedido de licenciamento de obras de alteração para instalação de estabelecimento de bebidas, incidentes sobre a fração “A” do prédio sito em Av.<sup>a</sup> da Liberdade, Lote N, R/C Esq<sup>o</sup>, Freguesia de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 211/11, Ilídio António Fernandes Barbosa, NIF n.º 133533042, residente em Rua das Ribeirinhas, n.º 8, Freguesia de Martingança, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 260, de 13/03/2013, rececionado em 15/03/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 08/04/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº , 211/11, Ilídio António Fernandes Barbosa, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera, declarar a caducidade do licenciamento de obras de alteração para instalação de estabelecimento de bebidas, a levar a efeito na fração “A” do prédio sito em Av.<sup>a</sup> da Liberdade, Lote N, R/C Esq<sup>o</sup>, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - REQ. N.º 2770/08 – PC N.º 731/00 – ANGELO DA PIEDADE BAPTISTA**

347 - Presente projeto de licenciamento para construção de um edifício para habitação, a que foi atribuído o número de processo 731/00, incidente sobre um prédio sito na Rua Carlos Vareda, Picassinos – Marinha Grande, apresentado por Ângelo da Piedade Batista, NIF n.º 117888265, residente em Rua dos Fundadores, N.º 9, Picassinos – Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2007.09.20  
Presente informação técnica datada de 2013/04/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2007.09.20, foi deferido o pedido de licenciamento para construção de um edifício para habitação, incidente sobre um prédio sito em Rua Carlos Vareda, Picassinos – Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 731/00, Ângelo da Piedade Batista, NIF n.º 117888265, residente em Rua dos Fundadores, N.º 9, Picassinos –, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 163/13, de 2013.02.18, rececionado em 2013.03.08, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 2013.04.01;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 731/00, Ângelo da Piedade Batista, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um edifício para habitação, incidente sobre um prédio sito na Rua Carlos Vareda, Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - REQ. N.º 351/10 – PC N.º 661/07 – JOAQUIM JOSÉ DUARTE CARDOSO**

348 - Presente projeto de licenciamento de alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 661/07, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha

Grande, apresentado por Joaquim José Duarte Cardoso, NIF n.º 147323894, residente na Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2010.04.15.

Presente informação técnica datada de 2013/04/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2010.04.15, foi deferido o pedido de licenciamento de alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 661/07, Joaquim José Duarte Cardoso, NIF n.º 147323894, residente na Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 230/13, de 2013.03.07, rececionado em 2013.03.18, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2013.04.08;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 661/07, Joaquim José Duarte Cardoso, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Medronhos, n.º 5, S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - REQ. N.º 2467/09– PC N.º 482/06 – JOAQUIM DOMINGUES CRUZ**

349 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional e comercial, a que foi atribuído o número de processo 482/06, incidente sobre um prédio sito em Cruzes, Freguesia de Concelho de Marinha Grande, apresentado por Joaquim Domingues Cruz, NIF n.º 159860334, residente em Largo Emídio Cruz, Cruzes, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 03.05.2007.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Presente informação técnica datada de 16/04/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 03.05.2007, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de um edifício habitacional e comercial, incidentes sobre um prédio sito em Cruzes, Freguesia de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 482/06, Joaquim Domingues Cruz, NIF nº 159860334, residente em Largo Emídio Cruz, Cruzes, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 140/13, de 08/02/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 08/03/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 482/06, Joaquim Domingues Cruz, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera, declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um edifício habitacional e comercial sita em Cruzes, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **31 - REQ. N.º 1980/09 – PC N.º 394/07 – RENATO MIGUEL LINO SANTOS**

350 - Presente projeto de licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 394/07, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Foscadores, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Renato Miguel Lino Santos, NIF nº 219604592, residente na Rua da Benta, nº 8, Bloco “A”, 1.º Esq.º, lugar de Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do então Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 2009.02.05.

Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Considerando que:

- Por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 2009.02.05 foi deferido o pedido de licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito Rua dos Foscadores, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 394/07, Renato Miguel Lino Santos, NIF nº 219604592, residente na Rua da Benta, nº 8, Bloco "A", 1.ª Esq.ª, lugar de Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 255/13, de 2013.03.12, rececionado em 2013.03.14, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do respetivo alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2013.04.04;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 394/07, Renato Miguel Lino Santos, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de uma moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Foscadores, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **32 - REQ. N.º 1063/11 – PC N.º 323/08 – MARIA JULIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**

351 - Presente projeto de licenciamento de construção de um bloco habitacional de duas frações, anexos e muros, a que foi atribuído o número de processo 323/08, incidente sobre um prédio sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Júlia Conceição Silva Alves, NIF nº 196197244, residente na Rua da Base Aérea 5, nº 1251, lugar de Segodim, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2010.04.29. Presente informação técnica datada de 2013/04/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2010.04.29, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de um bloco habitacional de duas frações, anexos e muros, incidente sobre um prédio sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 323/08, Maria Júlia Conceição Silva Alves, NIF nº 196197244, residente na Rua da Base Aérea 5, nº 1251, lugar de Segodim, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 256/13, de 2013.03.12, rececionado em 2013.03.14, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2013.04.04;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 323/08, Maria Júlia Conceição Silva Alves, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um bloco habitacional de duas frações, anexos e muros, incidente sobre um prédio sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - REQ. N.º1911/10 – PC N.º 490/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO**

352 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento para construção de um edifício habitacional, a que foi atribuído o número de processo 490/07, incidente sobre um prédio sito em Comeira, Lote 20, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF nº 124870813, residente em Rua da Escola Velha, nº 120, lugar de Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2009.05.07.  
Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2009.05.07, foi deferido o pedido de licenciamento para construção de um edifício habitacional, incidente sobre um prédio sito em Comeira, Lote 20, Freguesia de Marinha Grande..
- O titular do processo de licenciamento nº 490/07, José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870813, residente em Rua da Escola Velha, n.º 120, lugar de Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 185/13, de 2013.02.22, rececionado em 2013.02.26, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 2013.03.19;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 490/07, José Manuel Sousa Ribeiro, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um edifício habitacional, incidente sobre um prédio sito em Comeira, Lote 20 Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**34 - REQ. N. 1255/11 – PC N.º 53/10 – J.J.M. PINTURAS DE AUTOMÓVEIS, LDA.**

353 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, a que foi atribuído o número de processo 53/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Fonte 25 de Abril, lugar de Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por J.J.M. Pinturas de Automóveis, Lda., NIF n.º 503507083, com sede em Rua de Leiria, n.º 36, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2011.06.30.  
Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011.06.30, foi deferido o pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, incidente sobre um prédio sito em Rua Fonte 25 de Abril, lugar de Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande.

-O titular do processo de licenciamento nº 53/10, J.J.M. Pinturas de Automóveis, Lda., NIF n.º 503507083, com sede em Rua de Leiria, n.º 36, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 249/13, de 2013.03.12, rececionado em 2013.03.15, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 2013.04.05;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 53/10, J.J.M. Pinturas de Automóveis, Lda., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, incidente sobre um prédio sito em Rua Fonte 25 de Abril, lugar de Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **35 - REQ. N. 743/11 – PC N.º 346/04 – MARIA JESUS BONITA FRANCO**

354 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional e muros, a que foi atribuído o número de processo 346/04, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Maria Jesus Bonita Franco, NIF n.º 124237975, residente na Rua do Ponto da Boavista, Lote 1 – 1.º Fte., Boavista, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2010.04.01.

Presente informação técnica datada de 2013/04/15, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2010.04.01, foi deferido o pedido de licenciamento de um edifício habitacional e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

-O titular do processo de licenciamento nº 346/04, Maria Jesus Bonita Franco, NIF n.º 124237975, residente na Rua do Ponto da Boavista, Lote 1 – 1.º Fte., lugar de Boavista, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 240/13, de 2013.03.08, rececionado em 2013.03.14, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 2013.04.04;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 346/04, Maria Jesus Bonita Franco, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um edifício habitacional e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **36 - REQ. N. 1910/10 – PC N.º 489/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO**

355 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 489/07, incidente sobre um prédio sito em Lote 19, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870813, residente em Rua da Escola Velha, n.º 120, lugar de Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 2009.08.20.

Presente informação técnica datada de 2013/04/16, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, 2009.08.20, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Lote 19, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 489/07, José Manuel Sousa Ribeiro, NIF nº 124870813, residente em Rua da Escola Velha, nº 120, lugar de Machados, Freguesia de Boa Vista, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 250/13, de 2013.03.12, rececionado em 2013.03.14, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 2013.04.04;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 489/07, José Manuel Sousa Ribeiro, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Lote 19, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **37 - REQ. N.º 1804/11 – PC N.º 381/99 – JOSÉ HENRIQUE MARQUES DOS SANTOS**

356 - Presente requerimento de José Henrique Marques dos Santos, titular do Processo de Loteamento Urbano nº 381/99, referente à Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização, levada a efeito ao abrigo do Alvará nº 09/2000, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10306, localizado em Rua do Tecelão, lugar de Amieirinha, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução de infraestruturas de rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas e de arranjos exteriores.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Definitiva, a Câmara deliberou aceitar a receção definitiva das obras de urbanização supra referidas, conforme auto anexo e mandar libertar a totalidade do montante da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 200000325138200198 (ex n.º 2301000003, do ex BNU – Banco Nacional Ultramarino), da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/09/2000, atualmente no valor de € 663,23 (seiscentos e sessenta e três euros e vinte e três cêntimos), referente a “Projetos Complementares do Loteamento cujo processo tem o n.º 381/99”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**38 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - RESPOSTA A RECLAMAÇÃO APRESENTADA NO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. – PROJETO FINAL.**

357 - Presente projeto de alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente reclamação apresentada por Paulo Miguel Pereira Dias, residente na Rua das Roçadeiras, 1.º esq., Frente, n.º 70, Marinha Grande a solicitar a alteração da alínea a) do artigo 11.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, cujo teor se dá aqui como integralmente reproduzido e cuja cópia se anexa (**Anexo 1**).

Presente fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas municipais.

- Considerando que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou em sessão ordinária de 30 de abril de 2010 aprovar o Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, tendo o mesmo sido publicado em Diário da República, 2.ª série, a 17 de maio de 2010;

- Considerando que este Regulamento se encontra em vigor desde 1 de junho de 2010;

- Considerando que a experiência colhida durante o tempo da sua vigência, bem como as recentes alterações legislativas ocorridas a nível do licenciamento industrial, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que aprovou o Sistema de Indústria Responsável – SIR, da Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio que procedeu a alterações à Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local e ainda as decorrentes do “Licenciamento Zero”, obrigam a uma adaptação daquele Regulamento Municipal a estes diplomas;

- Considerando que o projeto em causa foi submetido a discussão pública pelo prazo de 30 dias, como manda o nº 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro com a redação do Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e da Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE;

- Considerando que esse prazo terminou em 18 de abril de 2013 tendo sido, durante esse período, apresentada apenas uma reclamação;

**A Câmara Municipal analisou a reclamação apresentada no período de discussão pública, por Paulo Miguel Pereira Dias, residente na Rua das Roçadeiras, 1.ª esq. Frente, nº 70, Marinha Grande e delibera não considerar a mesma, por incidir sobre uma norma que não foi submetida a discussão pública - a alínea a) do artigo 11.º do RMEUMMG – e que, por esse motivo, não sofreu qualquer alteração.**

**A Câmara Municipal delibera, ainda, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do nº 6 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro que a republicou, apresentar à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, o projeto de alterações ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG - que se dá aqui por integralmente reproduzido e se anexa à presente deliberação - alínea a) do nº 2 do artigo 53.º das citadas leis.**

**Sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei, as alterações ao RMEUMMG devem, depois de aprovadas pela Assembleia Municipal, ser publicitadas em Diário da República, tal como determina o nº 4 do artigo 3.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **39 - OCUPAÇÃO DO PARQUE DA CERCA COM O EVENTO “+ SAÚDE” – ISENÇÃO DE TAXAS**

358 - Em 14 de fevereiro de 2013, através do registo de entrada nº 1191, aditado pelo requerimento com registo de entrada nº 1988 de 12 de março 2013, a requerente Isabel Gregório de Sousa solicitou, em representação do Grupo +Concelho, a ocupação do Parque da Cerca na Marinha Grande e a emissão de licença especial de ruído para realização do evento “+ Saúde” no dia 11 de maio de 2013.

A referida ocupação, assinalada na planta anexa, destina-se a:

- colocação de 4 tendas com mesas e cadeiras para:
  - 1 para rastreios;
  - 1 representação de clínicas, farmácias e ópticas locais;

- 1 para palestras sobre saúde;
- 1 para palestras sobre alimentação saudável;
- e ainda a ocupação de espaço ao ar livre para a prática de fitness com representação de ginásios locais.

A instalação solicitada está sujeita, nos termos do artigo 14.º conjugado com o artigo 16.º do Decreto-lei nº 268/2009, de 29 de Setembro, ao licenciamento de recinto improvisado em espaço público e emissão da respetiva licença de funcionamento e ao pagamento das taxas previstas no artigo 8.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, na redação actual, tratando-se de uma atividade ruidosa temporária, além da licença de funcionamento referida, está ainda sujeita à emissão de licença especial de ruído e ao pagamento das taxas prevista no artigo 61.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Em 05 de abril de 2013, a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos da Câmara Municipal, emitiu **parecer favorável** à utilização do referido espaço, **condicionado** à obrigatoriedade de fixação das tendas com blocos de cimento, interditando-se a utilização de espigas metálicas, para que não ocorra risco de rotura do sistema de rega existente no parque.

Da apreciação do pedido constata-se que dos elementos instrutórios, só está em falta a entrega da fotocópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, obrigatórios ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-lei nº 268/2009, de 29 de Setembro, e que após a sua apresentação cumpre com os requisitos necessários à emissão da licença de funcionamento e da licença especial de ruído.

#### **Relativamente à incidência das taxas:**

Conforme referido anteriormente, a realização do evento, concretamente, o licenciamento de recinto improvisado em espaço público e a emissão da licença especial de ruído, têm associadas taxas no valor, respetivamente, de 5,00€ por m2 pela ocupação de espaço público e de 55,29€/dia;

A alínea f) do nº3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande prevê que poderão ficar isentas do pagamento das taxas as entidades que pretendam realizar atos ou atividades de relevante interesse público municipal, quando tais atividades não tenham um fim lucrativo.

Da análise da pretensão é possível aferir que:

- Estamos perante um evento de cariz social com interesse para a população do concelho;
- O evento não tem fins lucrativos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Deste modo, estão preenchidos os requisitos para a isenção do valor das taxas associadas ao pedido ao abrigo da alínea f) do nº3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, dado tratar-se de uma atividade de relevante interesse público municipal que não tem fins lucrativos.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, conjugado com a alínea f) do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera isentar o Grupo +Concelho do pagamento das taxas relativas ao licenciamento de recinto improvisado em espaço público e a emissão da licença especial de ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4º - RETIFICAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. EMPRESA MUNICIPAL TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A.**

359 - Na sequência da aprovação dos Estatutos da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande e consequente registo comercial, a empresa passou a adotar a designação de TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A..

Importa, assim, retificar a deliberação camarária, de 13 de dezembro de 2012 e a deliberação da Assembleia Municipal de 28 do mesmo mês, relativas à designação do fiscal único, aditando a menção “Unipessoal S.A.”.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, delibera:**

- retificar a sua deliberação, de 13 de dezembro de dezembro, nos seguintes termos: onde se lê “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM”, deve ler-se “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.”;
- propor à Assembleia Municipal a retificação da sua deliberação, de 28 de dezembro de 2012, nos seguintes termos: onde se lê “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM”, deve ler-se “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.”.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A..

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

**41 - PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO. CIVILVIAS – CONSTRUÇÃO E VIAS, LDA. VOTO FAVORÁVEL.**

360 - Através de deliberação camarária, de 4 de abril corrente, foi deliberado emitir voto favorável à aprovação do Plano Especial de Revitalização da empresa Civilvias - Construção e Vias, Lda. (NIPC 503 078 786).

No dia 5 de abril, foi remetido um novo plano atualizado, requerendo-se a emissão de resposta até ao próximo dia 10 de abril.

As alterações introduzidos não afetam, em termos substanciais, a posição dos créditos do Município pelo que não constituem motivo para emissão de voto desfavorável.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 17.º-F, n.º 4 e 211.º, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e com os fundamentos constantes da sua deliberação de 4 de abril, delibera emitir voto favorável à aprovação do Plano Especial de Revitalização da empresa Civilvias - Construção e Vias, Lda. (NIPC 503 078 786).**

**A presente deliberação produz efeitos reportados a 8 de abril de 2013, nos termos do artigo 128.º, n.º 2, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Presidente esteve ausente durante a discussão e votação da presente proposta, tendo sido substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.**

**42 - EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

361 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor dos respetivos autos de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito das empreitadas de “Urbanismo comercial – 2ª. fase – Concurso Público n.º 03/2004” e “Ampliação da escola das Trutas – Concurso Público n.º. 04/2006”, em 75% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

#### **43 - EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

362 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor dos respetivos autos de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Urbanismo comercial – 3ª. fase – Concurso Público n.º 04/2005”, em 90% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

#### **44 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.**

363 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.23.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de **4.955,10 € (Quatro mil novecentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas.



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 0,28 % e que, somado o valor de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e tendo em conta que o valor dos trabalhos a mais foi igualmente compensado pelo valor dos trabalhos a menos, calculado ao novo valor contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a **6,21%** do novo preço contratual.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.23.2013, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:**

- a) trabalhos de suprimento dos erros e omissões no valor de 4.955,10 € (Quatro mil novecentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas;
- b) o prazo de 25 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões agora propostos, de acordo com o disposto no artigo 373º do CCP,

da empreitada designada por “Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “Habitâmega - Construções, SA”.

Propomos ainda que a firma adjudicatária seja notificada para apresentar um plano de trabalhos atualizado, em conformidade com o disposto no artigo 361.º, n.º 3, do CCP.

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, INQUILINA RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 3.º ESQUERDO, COM EFEITOS A PARTIR DE MAIO DO CORRENTE ANO.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

364 - Presente informação n.º 1347 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 4 de abril do corrente ano, referente à necessidade de atualização anual do valor da renda da habitação social, sita na Rua Professor Melo Vieira, Bloco 1 3.º Esquerdo, Casal de Malta.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua Professor Melo Vieira**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
1	Zélia Maria Pereira Oliveira	3.º Esq.º	01/04/2012	8,36€	4,85€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 4,85€ e, calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do mês de maio do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**46 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DE LEONOR MENDES DURO, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 36 – CAMARNAL - PARA A FRACÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º ESQUERDO DO BLOCO L, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE - CASAL DE MALTA - POR MOTIVOS DE IDADE E DOENÇA.**

365 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1600, datado de 17 de fevereiro do ano transato, da inquilina Leonor Mendes Duro, a solicitar a transferência habitacional, por motivos de saúde.

Presente informação n.º 1345 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 4 de abril de 2013, a dar conta da existência de um apartamento de tipologia adequada à dimensão do agregado de Leonor Mendes Duro e a propor a transferência habitacional da inquilina em causa do fogo n.º 36, de tipologia T1 para a fração correspondente ao 1.º esquerdo do bloco L, sito na Avenida da Liberdade, por motivos de doença.

Considerando a idade da arrendatária, a dificuldade de mobilidade e os problemas de saúde, por parte de Leonor Mendes Duro;

Considerando a necessidade premente de proximidade geográfica a determinados equipamentos de saúde;

Considerando os diversos pedidos efetuados anteriormente pela inquilina em causa;

Considerando o seu pedido mais recente e no qual é reiterada a necessidade de transferência habitacional;

Considerando a existência de um apartamento disponível adequado às necessidades de Leonor Mendes Duro que está em condições de ser habitado.

Considerando ainda que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ *A transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivo de idade, doença grave (...)*”

Considerando ainda que ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo: “ *A possibilidade de transferência está condicionada à existência de fogos disponíveis para atribuir (...) e, ainda à inexistência de rendas em atraso.*”

Considerando que Leonor Mendes Duro preenche os requisitos que lhe permitem a efetivação da transferência habitacional,

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o n.º 1 e 2 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, autorizar a transferência habitacional da inquilina Leonor Mendes Duro, da habitação n.º 36, sita na Rua Adriano Marques Nobre, Camarnal, para a fração correspondente ao 1.º esquerdo do bloco L da Avenida da Liberdade.

Mais delibera ainda manter o valor da renda em vigor, na medida em que o rendimento mensal corrigido de Leonor Mendes Duro se manteve inalterável desde dezembro do ano transato; mês durante o qual se operou a última atualização de renda, referente a esta inquilina.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**47 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 04/04/2013 COM A EPÍGRAFE:  
“ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À  
FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO”**

366 - Na reunião da Câmara Municipal de 04 de abril de 2013, foi aprovada em minuta, por unanimidade, uma deliberação com a epígrafe: “ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO.

Foi deliberado proceder-se à anulação das guias de receita n.º 9093/2, 16502/2, 18405/2 de 2012, e 5579/2, 5485/2, 456/2, e 3607/2 de 2013, bem como à restituição dos valores cobrados indevidamente, aos respetivos encarregados de educação, nas guias n.º 11103/2, 11104/2, 11822/2, 11825/2, 14508/2, 14509/2, 15392/2, 15393/2 de 2011 e 11260/2, 7579/2, 17558/2, 18370/2, 14227/2, 14334/2, 12288/2, 12290/2, 14676/2, 16775/2, 18631/2 de 2012, e 1771/2, 2609/2, 877/2, 4070/2, 5507/2 e 5543/2 de 2013, pelos motivos aí referidos.

Considerando que:

Por lapso, a referida deliberação foi presente a reunião de Câmara sem que tivesse sido previamente cabimentado o pagamento dos valores a restituir, conforme disposto na alínea d) do ponto 2.3.4.2 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que se transcreve:

*“As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente”.*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

A proposta de deliberação de Câmara não foi antecipadamente presente aos serviços da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação e que, por essa razão, a despesa não foi previamente cabimentada, de acordo com os preceitos legais;

A Câmara tomou assim uma deliberação ilegal;

Os atos administrativos podem ser revogados por iniciativa do órgão competente, de acordo com o artigo 138º, do Código do Procedimento Administrativo;

O referido ato administrativo poderá ser por esta revogado, com fundamento na sua invalidade, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 141º, n.º1 do artigo 142º e n.º1 do artigo 143º, todos do Código do Procedimento Administrativo;

**Perante o exposto, a Câmara Municipal delibera revogar aquele ato administrativo, nos termos do disposto nos artigos e código referidos nos antecedentes parágrafos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **48 - ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO**

367 - Presente a informação n.º 1126, de 19 de março de 2013, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias e restituição de valores cobrados indevidamente, referentes ao pagamento das comparticipações familiares dos alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família, e ao pagamento das mensalidades da Alimentação Escolar, conforme respetivos regulamentos de funcionamento, aprovados em reunião de câmara a 14 de julho de 2011.

Assim, considerando que:

Com o decorrer do ano letivo, verifica-se a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias, nomeadamente, na sequência de algumas comunicações feitas pelos próprios encarregados de educação, dando conta do lapso, ou porque foram detetadas pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DCD e GAM).

A Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, ou pelos próprios serviços emissores da autarquia (processos em anexo);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Trata-se de valores emitidos erradamente e/ou cobrados em duplicado, pelos serviços Câmara Municipal;

A Câmara apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder-se à anulação das guias de receita n.º 9093/2, 16502/2, 18405/2 de 2012, e 5779/2, 5485/2, 456/2, e 3607/2 de 2013, pelos motivos constantes na informação anexa.

#### GUIAS A ANULAR

Nº GUIA/ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
<b>COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA</b>			
9093/2 - 2012	Fabício Miguel Vitorino Cardoso	260803162	Anexo I
16502/2 - 2012	Tomás Alexandre Cardoso Mendes	264131789	Anexo II
18405/2 - 2012	Micael Ângelo da Silva	266101844	Anexo III
5779/2 - 2013	Rafael Sousa Brazão	266059899	Anexo IV
5485/2 - 2013	Beatriz Gomes Marques	268581274	Anexo V
456/2 - 2013	Afonso Liu	273576470	Anexo VI
3607/2 - 2013	Joana Cristina F. de Jesus	265426804	Anexo VII

Mais delibera, proceder-se à restituição dos valores cobrados indevidamente aos respetivos encarregados de educação, nas guias n.º 11103/2, 11104/2, 11822/2, 11825/2, 14508/2, 14509/2, 15392/2, 15393/2 de 2011 e 11260/2, 7579/2, 17558/2, 18370/2, 14227/2, 14334/2, 12288/2, 12290/2, 14676/2, 16775/2, 18631/2 de 2012, e 1771/2, 2609/2, 877/2, 4070/2, 5507/2 e 5543/2 de 2013, pelos motivos constantes na informação anexa.

#### GUIAS A RESTITUIR

N.º	Nº GUIA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>				
1	*	João Pedro Silva Santos	253416680	Anexo VIII
* n.º guias (tipo 2) – 11103, 11104, 11822, 11825, 14508, 14509, 15392, 15393 de 2011 e 11260 de 2012				
2	7579/2 - 2012	Sérgio Eduardo Silva Pinheiro	275834557	Anexo IX
3	17558/2 - 2012	Artur Mlechko	265561868	Anexo X
4	1771/2 - 2013	Marta Catarina Neves Vinagre	269240160	Anexo XI
5	2609/2 - 2013	Rafael Patrício Pontes	264742958	Anexo XII
N.º	Nº GUIA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	ANEXO
6	**	Simão Gomes Carnide	262162180	Anexo XIII
** n.º guias (tipo 2) – 12288, 12290, 14676, 16775, 18631 de 2012 e 877 e 4070 de 2013				
7	5507/2 - 2013	Martim Antunes Paulo	262957280	Anexo XIV
8	5543/2 (10 Senhas) - 2013	Afonso Liu	273576470	Anexo XV
<b>COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA</b>				
9	18370/2 - 2012	Beatriz Alexandra Sousa Almeida	258785802	Anexo XVI
10	14227/2 - 2012	Isabela Leonor António Matias	267770359	Anexo XVII
11	14334/2 - 2012	Tomás Nobre de Quintanilha V. P. Dias	274986361	Anexo XVIII

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

**DADOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO  
- VALORES A RESTITUIR -**

N.º	NOME ALUNO	NOME ENCARGADO DE EDUCAÇÃO E CONTRIBUINTE	VALOR A RESTITUIR
1	João Pedro Silva Santos	Susana Cristina da Silva Carlos	220250758 <b>93,75€</b>
2	Sérgio Eduardo Silva Pinheiro	Sandra Marina Fróis Silva	222271558 <b>15,00€</b>
3	Artur Mlechko	Nataliya Mlechko	240610393 <b>12,50€</b>
4	Marta Catarina Neves Vinagre	Carlos Manuel Delgado Vinagre	192245830 <b>12,50€</b>
5	Rafael Patrício Pontes	Carlos Bruno Pereira Pontes	215466853 <b>25,00€</b>
6	Simão Gomes Carnide	Estefânia Gomes Dinis	209487712 <b>75,00€</b>
7	Martim Antunes Paulo	Fabiana Alexandra Dore R. Antunes	220080674 <b>30,00€</b>
8	Afonso Liu	Liu Wei	237535475 <b>14,60€</b>
9	Beatriz Alexandra Sousa Almeida	Natacha Alexandra P. de Sousa	220962464 <b>4,37€</b>
10	Isabela Leonor António Matias	Claudia Neide M. A. Soares	231623380 <b>63,49€</b>
11	Tomás Nobre de Q. V. P. Dias	Ana Patrícia Quintanilha Nobre	200950940 <b>20,84€</b>
<b>TOTAL</b>			<b>367,05€</b>

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**49 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de abril de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **2.516.904,81 €** (dois milhões, quinhentos e dezasseis mil novecentos e quatro euros e oitenta e um cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**368 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

- 1. REQ. N.º 472/13 – PC N.º 220/10 – JOÃO JESUS HILÁRIO**
- 2. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

### **3. APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **1 - REQ. N.º 472/13 – PC N.º 220/10 – JOÃO JESUS HILÁRIO**

369 - Presente processo de licenciamento, em nome de João Jesus Hilário, com o NIF 109 509 331, residente na Estrada Nacional, n.º 57, Albergaria, Marinha Grande, para a alteração em obra de um edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, existente na Estrada Nacional, n.º 57, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15103 e na matriz predial urbana sob o n.º 18832, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 17/04/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, PC 220/10;

Presente parecer externo favorável da Administração Regional de Saúde do Centro, com um conjunto de condicionalismos a observar no âmbito da utilização do espaço que se considera pertinente manter.

#### **A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de João Jesus Hilário, com o NIF 109 509 331, residente na Estrada Nacional, n.º 57, Albergaria, Marinha Grande, para a alteração em obra de um edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, existente na Estrada Nacional, n.º 57, Albergaria, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15103 e na matriz predial urbana sob o n.º 18832, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.**
- 2. A ventilação mecânica existente, deve ser adequada e suficiente, tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º5, Cap. I Anexo II, do Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004);**
- 3. O lavatório para lavagem das mãos situado na cozinha, deve ser dotado de água quente e fria, (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Regulamento citado);**



4. A torneira da cuba de lavagem da copa suja, deve estar equipada com água quente e fria (n.º 8 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 novembro);
5. As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior, devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de proteção contra insetos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1, do Capítulo II, do Anexo II, do Regulamento citado);
6. O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22ºC, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3ºC, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do Art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 de novembro);

O estabelecimento deve estar dotado, de equipamentos que permitam assegurar, a separação dos resíduos na origem, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do Art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008 de 27 de novembro).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.**

370 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º CR.03.2013 e requisição interna n.º 11862 do serviço da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2013 e 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação da *“RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014”*, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2012/A/132.

Considerando que o preço base a aplicar é de 81.832,90 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2013 e 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2013 e 2014”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

371 - A Câmara Municipal da Marinha Grande, aprovou na sua reunião de câmara datada de 29 de março de 2012, o regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande;

Considerando que a 31 de outubro de 2012 foi aprovada a abertura de procedimento concursal com vista à atribuição de fogos de habitação social;

Considerando que o concurso para atribuição de 37 fogos de habitação social esteve aberto de 6 de dezembro de 2012 a 21 de janeiro de 2013;

Considerando que a lista provisória de candidatos admitidos e excluídos do concurso para atribuição dos referidos fogos, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro do corrente ano;

Considerando que a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi, recentemente, aprovada em reunião de câmara de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande: “ *Do contrato de arrendamento constam entre outros, os seguintes elementos(...)*”

Considerando que a minuta de contrato de arrendamento atualmente em vigor e que foi aprovada em reunião de câmara de 10 de outubro de 2002, por força do referido regulamento deve ser revista e actualizada.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 21.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, aprovar a minuta do contrato de arrendamento, que fica anexa (Anexo 4) e que se dá por transcrita.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Tal como tinha sido acordado por todos, o período de antes da ordem do dia foi transferido para o fim da reunião, pelo que as questões a colocar pelos Srs. Vereadores foram as seguintes:

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** perguntou como está o processo da Dâmaso, dado que soube que o Clube Motabout entregou uma contraproposta à Câmara.

O **Sr. Presidente** respondeu que ainda não viu essa carta, pelo que terá de a analisar.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que se está a aproximar o tempo quente e que temos na nossa mata um verdadeiro “barril de pólvora”, pelo que pediu/sugeriu ao Presidente da Câmara que, apoiado nas diversas entidades (Bombeiros, Proteção Civil, concelhia e distrital) coloque a questão diretamente ao Secretário de Estado das Florestas, não como chantagem, mas endereçando-lhe as responsabilidades em qualquer ocorrência, caso as matas não sejam imediatamente desobstruídas. Os representantes locais do concelho não podem aceitar o tipo de respostas fornecidas até agora.

O **Sr. Presidente** informou que depois da entrevista com o Secretário de Estado das Florestas fez um comunicado, e a semana passada, numa reunião do CNIF, que decorreu nas antigas instalações do Governo Civil, e na qual não esteve presente o representante do Governo, o que todos lamentaram, a Marinha Grande, representada pelo Presidente da Câmara, deixou expresso em ata o seu desagrado pela não desobstrução das vias de comunicação florestais.

Entretanto já soube quem é o madeireiro que adquiriu a madeira proveniente das árvores caídas, o que o mesmo já iniciou os respetivos trabalhos de remoção.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** chamou a atenção para a situação dos moradores da Fonte Santa e do Camarnal, que ao serem notificados para se ligarem à rede de saneamento o não fizeram por uma questão de dinheiro, uma vez que os custos são muito elevados, e que vêm agora negados os pedidos de despejo de fossas, quando algumas dessas pessoas até estão a pagar este serviço na fatura de água. Deixa aqui o alerta para que esta questão seja analisada.
- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que está prevista para o dia 1 de maio, de manhã, a entrega das casas de habitação social que foram atribuídas através do concurso.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/04/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 9

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

372 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião